TRIBUNA PARLAMENTAR
Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano V – nº 43 – Junho de 2005

COMISSÃO DE ÉTICA É INSTALADA

FERNANDO SILVA



A Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe) dispõe, agora, de um novo instrumento para fortalecer a imagem institucional da Casa. A Comissão de Ética Parlamentar, definida pelo Código de Ética, foi instalada no último dia 17 maio. A votação em Plenário para escolha dos sete titulares e sete suplentes ocorreu no dia 12 (foto).

Páginas 4 e 5

RINALDO MARQUES



CPIs em ritmo acelerado de trabalhos

As CPIs que apuram problemas no sistema habitacional e a violência e o desvio de verbas no campo prosseguem os trabalhos. Conjunto Beira-Mar, no Janga (foto), foi vistoriado recentemente.

Página 7

Toadas de Pernambuco

FERNANDO SILVA



Grupo proveniente do Cabo de Santo Agostinho, o Toadas de Pernambuco mostrou todos os seus ritmos no Projeto Segunda Cultural, no Plenário da Alepe.

Página 8

EDITORIAL

A instalação de uma Comissão de Ética tem um significado maior do que muitas vezes podemos imaginar. Quando se trata de uma reflexão sobre esse tema dentro do Poder Legislativo, a dimensão torna-se ainda maior. E para que tal dimensão ocupe o seu devido lugar no debate, é necessário fazer uma distinção filosófica entre Ética e Moral - conceitos que, para alguns, são indistintos, mas que podem ser claramente definidos de forma diferenciada.

Se formos às discussões etimológicas das palavras, chegaremos ao seguinte resultado: *mos* vem do latim e dá origem à palavra Moral, relacionada aos costumes e hábitos; enquanto o termo *ethos* vem do grego, originando a palavra Ética, relativa à maneira como alguém se expressa. De início, já se percebe a distinção, embora a confusão possa ser facilmente notada: os costumes e hábitos estão relacionados à forma como nos expressamos, do que se deduz que a Moral e a Ética estão ligadas, apesar de suas distinções.

Enquanto a primeira é um conjunto de normas, de práticas que são observadas pelo receio de uma "condenação" por parte da sociedade, de uma reprovação social, a segunda diz respeito aos valores do ser humano, um conjunto de juízos valorativos, em que a percepção individual é observada, situação em que o ser humano estabelece seus próprios limites.

A distinção é fundamental para que possamos dar uma dimensão ainda maior à importância de uma Comissão de Ética no Legislativo, pois é por meio dela que a Casa se expressa e afirma seus valores de forma clara e transparente. É por meio do colegiado - composto pelos diversos partidos políticos - que as suas visões de mundo são devidamente externadas e assumidas, no exato momento em que os parlamentares exprimem seu juízo de valor.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias. **1ºVice-Presidente**, Deputado Ettore Labanca. **2º Vice-Presidente**, Deputado Raimundo Pimentel. **1º Secretário**, Deputado João Negromonte. **2º Secretário**, Deputado Guilherme Uchôa. **3º Secretário**, Deputado Sérgio Leite. **4ª Secretária**, Deputada Carla Lapa. **Assistente de Comunicação Social:**Christianne Alcântara. **Chefe do Departamento de Imprensa:** Cláudia Lucena. **Editora:** Cláudia Lucena. **Redatores:** Andréa Tavares, Christianne Alcântara, Cláudia Lucena e Renata Rodrigues. **Estagiárias:** Bruna Serra, Eva Farias e Larissa Rodrigues. **Revisão:** Andréa Tavares, Christianne Alcântara e Cláudia Lucena. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Gerência de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos**: Fernando Silva, Moisés Barbosa e Roberto Soares. **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217-2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *ddeimpre@alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

SOCIEDADE: UMA PÓS-MODERNIDADE REPENSADA

*Lourival Simões**

O mês de maio que findou foi o maio não só das noivas, mas o da abolição áurea ou não, da reunião da Cúpula América do Sul/Países Árabes, das grandes manifestações populares no mundo inteiro pelo Dia do Trabalhador, do aniversário dos 60 anos do final da Segunda Guerra Mundial, com Bush, Putin e líderes de vários países, na Praça Vermelha, em Moscou, cena inusitada e nunca dantes imaginada. Assim mesmo, mais de meio século passado, ainda ecoa claramente na nossa memória a frase crua do filósofo alemão Theodor Adorno: "a poesia se tornou impossível depois de *Auschwitz*". E aqui no Nordeste "se morre de velhice antes dos 30, de emboscada antes dos 20, de fome um pouco por dia", nas tintas de João Cabral de Melo Neto, quando fala nas Severinas e Severinos, que, por serem iguais na vida, são iguais na morte.

A poesia impossível no Brasil de hoje é tragédia, não virtual, quando ocorrem "tsunamis" de violência, atrocidades nunca antes ocorridas no dia-a-dia da família e da sociedade brasileira, sem falar na corrupção, tida como normal no cenário nacional.

Essa é a nossa guerra, que dura muito mais de 60 anos e parece não ter fim para comemorarmos. Ela é cotidiana, ceifando vidas, com insanidades de todos os tipos e, muitas vezes, sem as motivações derivadas de miséria, mas tendo como pano de fundo a ausência da distribuição de renda e a exclusão social, apesar das teses em voga, é fácil compreendê-la ou justificá-la. A violência gera a insegurança sob todas as formas, abrangente e difusa, atingindo indistintamente todos os estratos da sociedade, fazendo lembrar aquele estágio "selvagem" preconizado por J.J. Rousseau, quando disserta sobre a natureza sem lei, ordem ou normas que regulem um mínimo do "contrato social". É essa a enfermidade da sociedade contemporânea, ferindo gravemente o atual formato do Estado, seja ele moderno ou pós-moderno.

Entretanto, apesar desse quadro e do pessimismo a que ele nos remete, é preciso lembrar que, embora às vezes frágil, só a democracia tem os remédios para os males

MOISÉS BARBOSA



que nos afligem, mesmo com tantas cenas explícitas de corrupção no País.

Sempre há quem pense, em momentos assim, que uma onda autoritário-moralizadora é do que precisa o Brasil. É o risco que corremos, não de imediato, podendo surgir do fastio do cidadão diante de tantos flagrantes de mau comportamento com a república e com a sociedade organizada ou não.

Não se brinca com o sentimento dos cidadãos, devemos ouvir o clamor ou o grito das "calles" das grandes cidades latino-americanas: Lima, La Paz, Quito, Buenos Aires e agora, talvez, as brasileiras, quem sabe? - como, recentemente, lembrou Cristovam Buarque, com o seu ouvido de sociólogo e não de senador. "A excessiva esperteza come o dono", pregava sabiamente o saudoso Tancredo Neves. Não se enganem, portanto, com o silêncio das ruas.

Os males, tanto os decorrentes da corrupção como os da violência cotidiana, que nos afligiram nos últimos dias, são repetitivos e parecidos com outros episódios, mas é da repetição que surge a sensação de que o sistema político não vale o esforço feito pelo eleitor e antes pelo contribuinte.

Para afastar o mau pensamento daqueles que acham que, diante de toda essa falência ou declínio dos valores éticos e sociais, como ausência de governabilidade ou da sua fragilidade atual, o melhor seria entregar o País a um salvador da pátria que governe com técnicos. Lembramos que é urgente e necessário que os Poderes da República se esforcem mais na execução de suas tarefas constitucionais. As instituições devem funcionar de forma exemplar, confirmando assim, apesar de tudo, o que tem acontecido de inaceitável e perigoso, mas acreditando no princípio civilizatório de que o remédio para a nossa doença passa pela democracia.

Desse modo, quando optamos pela democracia, após a República, talvez ao fazê-la incompleta como a abolição, tenhamos perpetuado com a nossa organização social, elitista ou oligárquica, o fim da escravidão, já pelejada por Joaquim Nabuco, nosso patrono, quando pregava que a extinção da escravidão deveria vir acompanhada da reforma agrária e de outras medidas, porque, caso contrário, em vez da "miséria da escravidão, teríamos a escravidão da miséria". A abolição continua incompleta, muito ainda por se fazer!

** Deputado e líder do PV*

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA

RINALDO MARQUES



Os servidores da área de conservação e limpeza da Alepe ganharam uma sala de convivência e descanso. O espaço dispõe de uma minicopa, com duas mesas, cadeiras e TV, além de dois vestiários, um feminino e outro masculino. "Era um desejo antigo dos funcionários. Conseguimos atender e eles estão muito satisfeitos", comemorou o gerente de Serviços Gerais, Marcos Souto. Os vestiários contam com lavatório, banheiros, chuveiros e armários individuais com chaves. Os servidores, que chegam à Casa por volta das 7h e ficam até as 18h, desfrutam do ambiente para fazer as refeições e relaxar nas horas de almoço, jogando baralho e assistindo a programas de televisão. O servidor João Carlos dos Santos lembrou que o ambiente já existia, mas funcionava precariamente. "Depois da reforma, ficou bem mais agradável. Antes, tínhamos que comer na copa dos funcionários do Anexo I. Agora, temos um espaço só nosso e podemos até tomar banho antes de voltar para casa", afirmou.

LEGISLAÇÃO

PROPOSTA ALTERA REGRAS PARA TÍTULO DE CIDADÃO

A concessão do Título de Cidadão de Pernambuco obedecerá, a partir de agora, a novos critérios. A Mesa Diretora, aprovou, por unanimidade, a proposta de modificação apresentada. A decisão foi encaminhada para Comissão de Constituição, Legislação e Justiça. Entre as mudanças previstas, estão a limitação de apenas um Título anual a ser concedido por cada deputado e a necessidade de o agraciado ter residido e desenvolvido alguma atividade de importância no Estado por período superior a cinco anos em qualquer tempo.

"O Título de Cidadão é o reconhecimento do Legislativo àqueles que enaltecem nosso Estado, a partir de iniciativas relevantes. A decisão da Alepe de aprimorar os critérios de escolha confere à comenda uma importância ainda mais elevada", observa o presidente da Casa, deputado Romário Dias (PFL).

Para discutir as modificações na entrega da comenda e no Regimento Interno da Alepe, foi criada, em 2003, uma subcomissão formada pelos deputados Augusto Coutinho (PFL), Carla Lapa (PSB) e José Queiroz (PDT). Ao assumir a 4ª Secretaria da Mesa Diretora, em fevereiro deste ano, Carla foi substituída por Jacilda Urquisa (PMDB).

Em 2004, o deputado Nélson Pereira (PCdoB) apresentou o Projeto de Resolução nº 504, propondo novos critérios para a concessão do Título de Cidadão. "Nosso objetivo é incentivar ações da sociedade civil que resultem na promoção dos direitos humanos e no fortalecimento cultural e socioeconômico de Pernambuco", declara Nélson. O texto recebeu o Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) e Carla Lapa, relatora da proposição, apresentou três subemendas. "O Título é a honraria mais importante que a Alepe concede em nome do Estado. Avaliações mais criteriosas tornarão a homenagem ainda mais significativa", argumenta a socialista.

Os nomes indicados ao título honorífico também serão submetidos à avaliação prévia das Comissões de Justiça e de Cidadania e de um colegiado parlamentar composto por cinco representantes de diferentes partidos. Se o projeto for aceito, seguirá para avaliação do Plenário, onde precisará receber votação favorável de 2/3 dos membros do Legislativo.

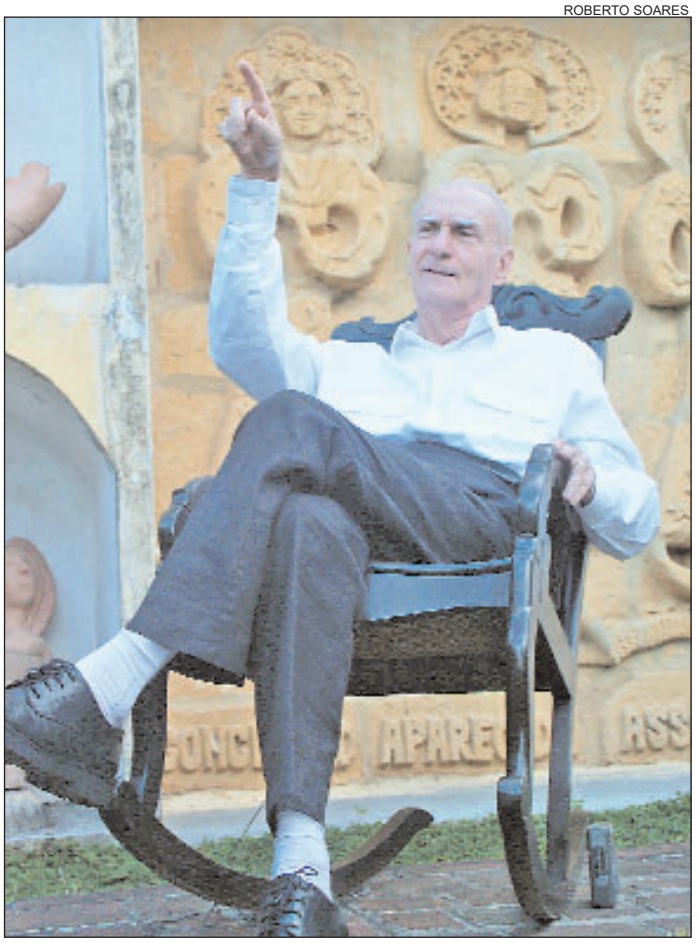
Esta não é a primeira vez que os critérios de concessão são aprimorados. Em abril de 1968, o então deputado Sílvio Pessoa apresentou o Projeto de Resolução nº 289, qualificando o *quorum* de 2/3 de deputados presentes para a aprovação da entrega da comenda. A proposta foi aceita e deu origem à Resolução nº 811, de 14 de maio de 1968. Desde então, foram agraciadas inúmeras personalidades, entre elas, Ariano Suassuna, Dom Helder Câmara e Juscelino Kubitschek.

MOISÉS BARBOSA



Subcomissão formada por Augusto Coutinho, José Queiroz e Jacilda Urquisa analisa mudanças

ROBERTO SOARES



Escritor considera que comenda marcou sua vida

ARIANO SUASSUNA RECEBEU HOMENAGEM EM 1974

O Título de Cidadão de Pernambuco foi concedido a muitas personalidades políticas, empresariais e da cultura brasileira. Entre elas, destaca-se Ariano Suassuna, paraibano de João Pessoa e residente, há mais de 50 anos, no Recife.

Coube ao então deputado Antônio Heráclio do Rego (Arena), contemporâneo da Faculdade de Direito do Recife, propor a cidadania ao escritor, advogado, professor, teatrólogo e romancista, autor de sucessos como *O Auto da Compadecida*, *O Santo e a Porca* e *Farsa da Boa Preguiça*, para o teatro; além das obras de ficção *Romance d'A Pedra do Reino*; *O Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*; e *História do Rei Degolado nas Caatingas do Sertão.*

O criador do Movimento Armorial no Brasil declarou que a solenidade de entrega do Título, em 1974, foi mais um motivo para se apegar ao Estado que o adotou e à sua gente "leal e tão cheia de carinho". "O meu amor por Pernambuco não é abstrato, mas verdadeiro. Sou grato à terra onde estudei e na qual constituí família. O Título conferido pela Alepe foi um acontecimento marcante na minha vida."

POLÍTICA

COMISSÃO DE ÉTICA ZELA P

Parte da Filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam, disciplinam e orientam o comportamento humano. De acordo com o Dicionário Houaiss, assim se define a palavra ética, cujo conceito também reflete sobre a essência das normas e valores presentes em qualquer realidade social. Com o objetivo de aperfeiçoar a conduta ética no Legislativo Estadual, a Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe) instalou, no dia 17 de maio, a Comissão de Ética Parlamentar.O colegiado é fundamental ao pleno funcionamento do Código de Ética, aprovado em novembro de 2003 (ver matéria na pág. 5). Para o presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL), "a iniciativa vai ao encontro dos anseios da sociedade".

A primeira vez que a Comissão de Ética se reuniu foi na semana passada, quando o presidente Romário solicitou que opinasse sobre o episódio da conversa por telefone entre o líder do Governo, deputado Bruno Araújo (PSDB), e o ex-prefeito de Sanharó Ranieri Aquino, alvo de investigação policial. O colegiado pediu parecer da Procuradoria Geral da Casa, que considerou "não haver elementos necessários para instauração de processo ético-disciplinar contra o parlamentar". A Comissão acatou o documento por unanimidade. O pedido de análise havia sido encaminhado após o vazamento na imprensa de trechos do diálogo.

Reforçando a importância da iniciativa da Alepe, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Macêdo Malta, ressalta que "a ética, principalmente a pública, deve reger o comportamento dos agentes que fazem parte dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário". Ele observa que "a ética e a moral representam a base filosófica comportamental de todo aquele que, investido na função pública, tem a representatividade do Estado".

Para o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Carlos Porto, "a criação da Comissão está em sintonia com as aspirações da sociedade, que anseia pela ética na atividade política". "Digo sem medo de estar equivocado, pois já fiz parte desse Poder, que a Alepe está entre as melhores do País sob o ponto de vista da ética, da seriedade e do compromisso com os legítimos interesses do Estado e do seu povo. O colegiado engrandece, ainda mais, a imagem da instituição perante a opinião pública",

A Comissão de Ética Parlamentar é responsável pela análise dos processos e aplicação das medidas disciplinares estabelecidas pelo Código de Ética. Formada por 14 parlamentares, sendo sete titulares e sete suplentes, a Comissão tem, entre suas competências, a finalidade de zelar pelo funcionamento harmônico e pela imagem da Casa; enviar esclarecimentos à Presidência, quando julgar oportuno, sobre matérias divulgadas na imprensa contendo ofensas à dignidade do parlamentar ou do Poder; e fornecer parecer conclusivo sobre acusações formuladas contra deputados.

ELEIÇÃO - Mediante consenso entre as bancadas de Governo e de Oposição, uma chapa foi formada para a eleição do colegiado. Trinta e cinco parlamentares participaram do processo eleitoral, sendo que 28 deles votaram fechado nos candidatos indicados e apenas um votou em branco. Também por meio de acordo entre as bases, os deputados Antônio Moraes (PSDB) e Isaltino Nascimento (PT) foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente. "Sem nenhuma estrutura administrativa e financeira estabelecida, a Comissão de Ética se reunirá apenas quando houver algum fato que necessite da nossa intervenção", afirmou Moraes.

COMPOSIÇÃO

Integrantes do Colegiado

Titulares
Antônio Moraes (PSDB) - presidente
Isaltino Nascimento (PT) - vice-presidente
Ana Cavalcanti (PP)
Izaías Régis (PTB)
Roberto Liberato (PFL)
Sebastião Oliveira Júnior (sem partido)
Deputado Soldado Moisés (PRP)

Suplentes
Augusto César (PTB)
Augusto Coutinho (PFL)
Aurora Cristina (PMDB)
Bruno Araújo (PSDB)
João Fernando Coutinho (PSB)
Manoel Ferreira (PFL)
Roberto Leandro (PT)

FERNANDO SILVA



Colegiado, instalado pela Casa no último dia 17 de maio, tem como um dos objetivos fornecer parecer conclusivo sobre acusações contra deputados

POR IMAGEM INSTITUCIONAL

A EXPECTATIVA DOS TITULARES



Antônio Moraes (PSDB)
"Agradeço a confiança depositada por ter sido indicado para a Presidência da Comissão, que não tem nenhuma estrutura administrativa e financeira. Se for necessário agir, todas as providências serão adotadas e definidas de acordo com que o Código de Ética estabelece. Esperamos, no entanto, que todos os parlamentares sejam conscientes das suas obrigações e deveres."



Isaltino Nascimento (PT)
"A Assembléia mostra estar sintonizada com o que a sociedade espera. Os órgãos públicos precisam ter um espaço para avaliar possíveis distorções na conduta de seus integrantes. É uma grande responsabilidade e um grande orgulho ter sido indicado para o cargo de vice-presidente."



Ana Cavalcanti (PP)
"A Comissão é importante porque dará mais transparência ao Poder. Ela possibilitará, inclusive, que a população acompanhe de perto as ações do Legislativo, de forma a confiar, cada vez mais, neste Parlamento que está a serviço da sociedade."

Sebastião Oliveira Júnior (sem partido)
"Me sinto lisonjeado por ter sido indicado como representante. A existência desse colegiado é importante e mostra à população que a Alepe é aberta e transparente. Mostra também que o Poder dispõe de um grupo que vai ficar atento a qualquer deslize em relação ao que define o Código de Ética."





Izaías Régis (PTB)
"É uma iniciativa fundamental para todas as Casas Legislativas. Muitas delas têm o colegiado. Em Pernambuco, já tínhamos aprovado o Código de Ética e faltava, somente, instalar a Comissão, que funcionará quando houver necessidade de apurar casos específicos."

Soldado Moisés (PRP)
"Sinto-me muito feliz e honrado em participar da Comissão de Ética, até pela minha vida profissional de policial militar, quando convivi, durante 21 anos, com o respeito à hierarquia e à disciplina."





Roberto Liberato (PFL)
"Trata-se de uma iniciativa louvável. Muito me honra participar. Vamos lutar para trabalhar da melhor maneira possível, com seriedade e de forma conjunta. Medidas como essa contribuem para manter a boa imagem da Casa perante a população."

CÓDIGO FOI APROVADO EM NOVEMBRO DE 2003

Estabelecendo os princípios éticos e as regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos deputados, o Código de Ética Parlamentar da Alepe foi instituído pela Resolução nº 646/2003. Após dois anos de análise pela Casa, o texto final, elaborado pela subcomissão formada pelos deputados Augusto Coutinho (PFL), Carla Lapa (PSB) e José Queiroz (PDT), foi aprovado, por unanimidade, no dia 25 de novembro de 2003.

O Código de Ética define os processos disciplinares e as penalidades aplicáveis no caso de descumprimento das normas relativas à ética e ao decoro parlamentar, que vão desde censura escrita à perda do mandato. O texto ainda assegura ao deputado que esteja respondendo a processo disciplinar o direito à ampla defesa e um prazo de dez dias para a entrega de provas. O documento também definiu a criação da Comissão de Ética, responsável pela análise das ações e pela aplicação das penalidades.

HISTÓRICO - O primeiro projeto do Código de Ética foi apresentado pelo deputado Pedro Eurico (PSDB), em 2001, e analisado por uma Comissão Especial presidida pelo então deputado Gilberto Marques Paulo. Em 2002, a proposta foi reformulada, mas não houve tempo para sua apreciação, sendo arquivada com o término da legislatura. O deputado Augusto Coutinho pediu o desarquivamento da matéria no início de 2003 e, integrando a subcomissão, discutiu e elaborou uma nova proposta, com os deputados Carla Lapa e José Queiroz e servidores da Casa.

EXPLORAÇÃO SEXUAL

COMISSÃO ESPECIAL APRESENTA PROPOSTAS

Após dois anos investigando denúncias de abuso e exploração sexual infanto-juvenil, a Comissão Especial da Assembléia Legislativa instalada em 2003 para acompanhar as ações dos Executivos Municipal, Estadual e Federal, a fim de coibir a prática desse tipo de crime, apresentou o relatório final de atividades, com propostas e reflexões. O colegiado foi presidido pela deputada Carla Lapa (PSB). No documento, apresentado pela deputada Teresa Leitão (PT), o grupo cobra políticas públicas integradas e de combate às desigualdades sociais, além de responsabilizar a miséria, a omissão, o silêncio e o machismo, entre outros pontos, como responsáveis pelo alto índice de criminalidade.

De acordo com Carla Lapa, o Estado ocupa o terceiro lugar no ranking nacional da violência sexual, sendo também rota para o tráfico de mulheres para fins de prostituição. "É preciso encontrar caminhos, viabilizar meios preventivos, fortalecer a base familiar e cobrar ações governamentais estruturadoras", frisou a presidente. "A pobreza nas periferias e no Interior tem contribuído para que muitas famílias deixem seus filhos à mercê dos aproveitadores e agenciadores para conseguir o pão de cada dia", completou a relatora Teresa Leitão.

Entre as propostas apresentadas, estão a confecção e a distribuição de uma cartilha sobre a violência, para ser utilizada em escolas, associações e Conselhos Tutelares; a ampliação do funcionamento do Disque-Denúncia da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA) para 24 horas; a fiscalização de eventos indicados como locais de aliciamento de jovens; e a atuação da Polícia Rodoviária Federal nas rotas de tráfico de crianças e adolescentes com fins de exploração sexual.

MOBILIZAÇÃO - As Comissões Especiais que acompanham o reajuste tarifário da Celpe e os impactos do Projeto de Integração do Rio São Francisco em Pernambuco, presididas por Sérgio Leite (PT) e Raimundo Pimentel (PSDB), respectivamente, continuam mobilizando a sociedade. A primeira foi prorrogada e tenta impedir judicialmente o reajuste de 24% nas contas de energia. O segundo colegiado pretende ouvir todos os governadores e setores envolvidos com o projeto.

O governador de Sergipe, João Alves (PFL), foi o primeiro a participar de uma audiência pública, promovida pelo colegiado no dia 17 de maio, e se mostrou contrário ao Projeto de Integração do Governo Federal. "A proposta é tecnicamente mal elaborada e pode provocar danos irreparáveis ao meio ambiente", argumentou Alves. As obras estão orçadas em R$ 4,5 bilhões e estão previstas para iniciar na primeira quinzena de agosto. Serão construídos dois canais, que abastecerão Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

As atividades da Comissão Especial das Políticas Públicas para a Juventude, presidida pela deputada Teresa Leitão (PT), estão em fase de conclusão. A parlamentar disse que o encerramento deverá acontecer, este mês, com uma ampla discussão sobre a política nacional direcionada aos jovens. O evento contará com a presença do secretário nacional de Políticas para a Juventude, Beto Curi.

A Comissão Especial que acompanha e fiscaliza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), presidida por Betinho Gomes (PPS), prossegue as atividades definidas pelo colegiado em março. Entre as metas previstas para este mês, estão a mobilização para o lançamento de uma campanha contra a doação de esmolas nos sinais de trânsito e um seminário para registrar o Dia Internacional das Crianças Vítimas de Agressão, comemorado em 4 de junho.

RINALDO MARQUES



Miséria foi apontada pelo colegiado como uma das causas dos abusos sofridos por menores

AÇÃO PARLAMENTAR

CPIs da Assembléia intensificam investigações

As CPIs do Sistema Habitacional e a que apura denúncias de violência e desvio de verbas no campo, instaladas pela Assembléia Legislativa de Pernambuco, vêm intensificando o ritmo de trabalho. Instalado em março, o colegiado que trata da violência rural está realizando reuniões com integrantes do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a fim de analisar denúncias recebidas.

Presidida pelo deputado Bruno Rodrigues (PSDB), a CPI também apurou o assassinato do soldado da Polícia Militar Luiz Pereira, no Assentamento Bananeiras, em Quipapá, na Mata Sul. O grupo promoveu várias audiências públicas sobre o caso e visitou o município de Palmares, com o objetivo de apurar mais informações sobre o crime. "As visitas reforçam, junto à população, a preocupação do Legislativo com a violência no campo", declarou Rodrigues.

Grupo que apura violência no campo analisa denúncias com apoio do MPPE

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Habitacional, presidida pelo deputado Alf (PTB), investiga, desde março, casos de interdição de conjuntos residenciais na Região Metropolitana do Recife (RMR), a construção de prédios sem Habite-se e o desabamento do Edifício Areia Branca, em Jaboatão.

O colegiado vem cobrando das autoridades providências para que os ex-moradores do Areia Branca recebam o seguro, no valor total de R$ 3 milhões, que deverá ser dividido igualmente entre 24 famílias.

Numa das recentes reuniões da CPI, foram ouvidos proprietários e comerciantes do Edifício Holiday, em Boa Viagem, engenheiros técnicos que assinaram a obra dos Residenciais Bajado e Marim dos Caetés, em Olinda, entre outros.

Na opinião de Alf, "não é à toa que muitos prédios estão caindo ou sendo interditados". Para ele, não é possível aceitar "a existência de tantos edifícios sem registro da Prefeitura". O parlamentar ressaltou que a Comissão também investigará as informações do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pernambuco (Crea) sobre os 600 edifícios que estão em situação de risco na RMR.

RINALDO MARQUES



Situação dos edifícios-caixão da RMR vem sendo discutida por colegiado

PERSONAGEM DA ALEPE

Para Leudo, Casa oferece oportunidades

RINALDO MARQUES



Servidor começou como estagiário

A família, a Seleção Pernambucana de Judô e a construção civil são, além do trabalho no Poder Legislativo, as maiores paixões do chefe do Departamento de Telecomunicações, Luís Leudo Wanderley, 37 anos. "Entrei na Alepe como estagiário, em 1985, mas não tinha a pretensão de ficar na Casa. Depois, vi que a Alepe oferece oportunidades para quem realmente quer trabalhar", ressaltou ele, que é engenheiro civil.

Golpes do tipo *Seoi Nague* e *Ippon Seoi Nague* levaram o judoca faixa-preta a conquistar várias medalhas em diferentes campeonatos do País. Somente aos 30 anos, Leudo decidiu deixar o esporte. "O judô foi fundamental, pois me fez ter mais garra e vontade de vencer na vida", avaliou.

Caseiro, o chefe de Telecomunicações adora ficar com a família, a mulher Érika, o enteado Péricles e a caçula Maria Eduarda, de 1 ano e 8 meses. "Construí uma churrasqueira na varanda do meu apartamento para não precisar sair nos fins de semana. Se fosse possível, na sexta-feira jogaria a chave pela janela", admitiu.

Fanático pelo Sport Club do Recife, Leudo também gosta de assistir aos jogos no estádio com o enteado. O garoto fará 15 anos em outubro e comemorará o aniversário na Disneylândia, em dezembro. "A cada dois anos, fazemos uma viagem para o exterior. Desta vez, aproveitaremos para comemorar com Péricles, nos Estados Unidos."

Casado com a também engenheira civil Érika Pereira, há cerca de dez anos, Leudo divide seu tempo entre a Alepe e a Construtora Líder, da qual é proprietário juntamente com a esposa. "Administro a empresa pela manhã, antes de vir para a Assembléia, e no fim da tarde. No resto do tempo, quem comanda é a Érika."

Leudo agradece à Alepe por ter lhe dado a oportunidade de crescer profissionalmente e ressaltou a conquista do Certificado ISO 9001/2000. "A certificação é resultado do trabalho desempenhado pelos profissionais competentes que integram a Casa Joaquim Nabuco."

SEGUNDA CULTURAL

TODOS OS RITMOS DO *TOADAS DE PERNAMBUCO*

Com a proposta de resgatar, divulgar e valorizar os vários estilos musicais pernambucanos, o grupo *Toadas de Pernambuco* animou com muito coco, forró, ciranda, cavalo-marinho e maracatu o público presente ao Projeto Segunda Cultural, no Plenário da Alepe, no mês de maio.

A banda, do Cabo de Santo Agostinho, já tem cinco anos de estrada e é influenciada por grupos de cultura popular do Estado, como o *Cavalo-Marinho do Mestre Batista*, *Maracatu de Baque Solto de Ouro Aliança*, *Maracatu Nação Estrela do Forte* e mestre Salustiano. O grupo já se apresentou em diversos eventos, como o Festival de Inverno de Garanhuns, Bienal da União Nacional dos Estudantes, Trem do Forró e o Festival Pinzón, realizado no Cabo.

"A apresentação na Assembléia foi uma ótima experiência. Dessa forma, tivemos a chance de divulgar o trabalho desenvolvido no nosso primeiro CD, Madeirada, que já está nas lojas", destacou Ricardo Serafim, um dos integrantes do *Toadas*. O disco foi produzido por Fernando Filizola, fundador do *Quinteto Violado*.

O Projeto Segunda Cultural, iniciativa da Mesa Diretora da Alepe, foi criado em fevereiro de 2003 e tem como objetivo valorizar a arte pernambucana. Os artistas não cobram cachê para se apresentar, toda primeira segunda-feira de cada mês, no Plenário da Casa.

FERNANDO SILVA



Grupo do Cabo de Santo Agostinho animou o Plenário do Palácio Joaquim Nabuco ao som de muito coco, forró, ciranda, cavalo-marinho e maracatu